



45º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS

GT08 - Comportamento político, opinião pública e cultura política

Sessão 02 - Polarização, Redistribuição e Comportamento Político

Integridade Eleitoral e Confiança nas Urnas Eletrônicas

Felipe Borba
Departamento de Estudos Políticos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Steven Dutt-Ross
Departamento de Métodos Quantitativos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Resumo

Nos últimos anos, a urna eletrônica tem sido objeto de crescente politização no país. De um lado, vemos lideranças políticas importantes, como o presidente Jair Bolsonaro, questionando a sua integridade e advogando a favor de um comprovante impresso do voto como forma de evitar fraudes. De outro, observa-se forte campanha de desinformação veiculada nas redes sociais – fenômeno que vem sendo dissecado por inúmeros trabalhos acadêmicos e também por agências de verificação de fatos. No entanto, pouco sabemos qual é a percepção do eleitorado sobre a urna eletrônica. Este artigo tem por objetivo suprir essa lacuna ao analisar uma pesquisa do Instituto Datafolha, feita em dezembro de 2020 com 2.016 entrevistas, com o objetivo de conhecer o perfil dos eleitores que disseram não confiar na urna eletrônica. Para isso, estimamos modelo de regressão logística usando como variáveis explicativas características sociais e políticas dos eleitores. Os resultados sugerem que apoiadores do presidente Bolsonaro e eleitores de direita estão entre os que menos confiam.

Palavras-chave: Eleições; Integridade Eleitoral; Urna Eletrônica

Introdução

Nos últimos tempos, a urna eletrônica ocupou lugar de destaque na política brasileira, estando no centro de intensa controvérsia. De um lado, vemos lideranças políticas importantes, como o presidente Jair Bolsonaro, questionando a sua integridade e advogando a favor de um comprovante impresso do voto para fins de checagem em caso de suspeita de fraude nas eleições. De outro, observa-se forte campanha de desinformação circulando nas redes sociais, dando conta de que o sistema eletrônico de votação brasileiro é pouco seguro e vulnerável a todos os tipos de falcaturas.

Se essa campanha contra o sistema eletrônico de votação já é, em boa medida, conhecida até mesmo por observadores desatentos da política brasileira, por outro lado pouco sabemos a respeito do que o eleitorado pensa a respeito da urna eletrônica. Este artigo tem por objetivo analisar a percepção dos eleitores a partir de uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, em dezembro de 2020, que perguntou o nível de confiança que os eleitores possuíam na urna eletrônica. Como base nessa pesquisa, pretendemos conhecer o perfil daqueles que não confiam no processo eletrônico brasileiro e, dessa maneira, pensar em políticas que visem superar esse problema.

A relevância do tema é óbvia. A falta de confiança na integridade no processo eleitoral pode trazer inúmeras consequências negativas para a qualidade da democracia brasileira. Conforme mostram estudos internacionais, se eleitores não confiam que o seu voto será computado corretamente para o candidato no qual votaram, há forte tendência

de quebra de confiança no sistema democrático, aumento da desmobilização eleitoral e, no pior cenário, até mesmo risco de irrupção de violentos protestos de rua (Norris, Frank e Martinez i Coma, 2013).

A seção seguinte descreve o processo de implantação da urna eletrônica no Brasil, a produção acadêmica sobre as suas consequências para o processo político brasileiro e a recente campanha de desinformação que coloca em xeque a integridade das urnas eletrônicas. Na sequência, apresentamos os dados da pesquisa do Instituto Datafolha sobre confiança na urna eletrônica em etapas. Primeiro, descrevemos o perfil socioeconômico que diferencia os eleitores que confiam e que desconfiam da urna. Segundo, apresentamos um modelo de regressão logística para medir a relação da opção de resposta “não confia” na urna com outras variáveis sociais e políticas.

Desinformação eleitoral: a desconfiança com a urna eletrônica

A urna eletrônica foi implementada em etapas no Brasil. Ela foi usada pela primeira vez nas eleições municipais de 1996. Neste ano, apenas 57 municípios adotaram a urna eletrônica (as 26 capitais e as cidades com mais de 200 mil eleitores). Na eleição seguinte, em 1998, o número de cidades aumentou para 537. O TSE determinou que todas as cidades com mais de 40,5 mil eleitores deveriam votar eletronicamente, porém os estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Roraima, Amapá e Distrito Federal a adoção foi total (Nicolau, 2015). A urna eletrônica viria a ser usada em todo território nacional apenas nas eleições municipais de 2000.

A adoção da urna eletrônica foi uma resposta às inúmeras denúncias de fraude eleitoral que haviam sido feitas durante as eleições gerais de 1994, principalmente no Rio de Janeiro e em Alagoas (Nicolau, 2015). Ela foi pensada de modo a reproduzir o mesmo layout do telefone, com a mesma disposição dos números, de modo a tornar a sua operação mais familiar para o eleitor. Por outro lado, a urna eletrônica modificou paralelamente outros aspectos do voto. Segundo Nicolau (2015), a urna eletrônica impôs uma ordem de votação dos cargos, a obrigatoriedade de se votar em todos os cargos, a identificação dos candidatos por números e o uso de fotografias e símbolos partidários.

A implementação da urna eletrônica atendeu a curiosidade de pesquisadores que estavam interessados em conhecer os seus efeitos sobre o processo eleitoral.

Inicialmente, o seu maior mérito foi o de acelerar o ritmo da contagem dos votos e diminuir a ocorrência de fraudes e erros. Mas a urna eletrônica trouxe, ainda, outros resultados que não eram previstos inicialmente. Uma mudança que logo chamou a atenção foi a queda brusca do número de votos nulos e brancos. Este declínio do total de brancos e nulos foi interpretado como uma espécie de emancipação dos eleitores mais pobres e menos instruídos, que tinham dificuldades para exprimir as suas preferências na cédula de papel (Hidalgo, 2014; Nicolau, 2002). Outra modificação proporcionada pela urna eletrônica foi o aumento do voto de legenda para deputado federal. Neste caso, a interpretação corrente é que se trata simplesmente de erro do eleitor na hora de votar (Zucco e Nicolau, 2016).

Os brasileiros e a urna eletrônica conviveram pacificamente pelo menos até as eleições presidenciais de 2014. Neste ano, o candidato derrotado a presidente, Aécio Neves (PSDB), questionou publicamente a lisura do processo eleitoral. Aécio Neves e seu partido entraram com uma ação no TSE e solicitaram auditoria sobre o resultado da eleição. O documento elaborado pelo partido e apresentado quase um ano depois das eleições, no entanto, concluiu que não houve fraude na eleição, mas mesmo assim sugeriu uma série de alterações no sistema de votação, como adoção de um comprovante impresso do voto, a unificação do horário de votação no país e o aperfeiçoamento do sistema de voto paralelo.

Dentre as lideranças políticas brasileiras, o presidente Jair Bolsonaro sobressai como o principal crítico do sistema brasileiro de votação. Desde que se lançou como candidato em 2018, Bolsonaro coleciona inúmeras acusações que colocam em xeque a lisura da urna eletrônica. Uma de suas declarações preferidas, dita em diferentes oportunidades, é a de que tem em mãos provas de que somente não venceu a eleição para presidente no primeiro turno por ter sido vítima de fraude. Segundo declarou Bolsonaro em live no Facebook, hackers tiraram 12 milhões de votos em 2018.

Bolsonaro voltou a atacar as urnas eletrônicas durante a apuração do primeiro turno das eleições de 2020. Um atraso de algumas horas no início da divulgação dos resultados fez crescer o volume das críticas, como sendo a evidência de que o sistema era falho e vulnerável a fraudes. Nesta ocasião, o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, precisou se posicionar publicamente sobre o atraso,

condenando a existência de problemas que pusessem a integridade das eleições em risco. Barroso chegou até a ironizar críticos da urna eletrônica, dizendo não haver “remédio na farmacologia jurídica para resolver” o problema de quem contesta a tecnologia usada no país.

As críticas de Bolsonaro contra o sistema eletrônico atingiram o seu ápice nos meses de julho e agosto de 2021. Nesses meses, Bolsonaro pressionou o congresso para que votasse a PEC do Voto Impresso na qual os votos de cada eleitor digitados na urna eletrônica seriam impressos e depois depositados de forma automática numa urna de acrílico para que, em caso de fraude, os votos de papel pudessem ser recontados manualmente. O presidente chegou a declarar no início de agosto que sem eleições limpas e democráticas, não haveria eleição em 2022. Por conta dessas constantes ameaças, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, incluiu Bolsonaro como investigado no inquérito que apura divulgação de informações falsas contra o sistema eleitoral brasileiro.

A votação da PEC do Voto Impresso aconteceu no mesmo dia em que a Marinha desfilou com blindados na Praça dos Três Poderes para entregar a Bolsonaro um convite para participar de um exercício militar em Formosa, cidade goiana do Entorno de Brasília. O exercício ocorre todos os anos, desde 1988, mas essa forma de convidar o presidente com blindados na rua foi inédita, levando todos a suspeitarem de que o desfile se tratou de uma artimanha política do presidente para pressionar o Congresso a aprovar a medida. Apesar dessa inusitada pressão e das notícias de liberação de 1,03 bilhões de emendas a parlamentares, a PEC do Voto Impresso acabou rejeitada, pois não atingiu os 308 votos necessários (três quintos dos 513 deputados), embora o texto tenha obtido o apoio da maioria dos presentes, com 229 votos favoráveis e 218 contrários.

As declarações do presidente contra as urnas eletrônicas encontram amplo apoio nos ambientes digitais como Facebook, Twitter, Whatsapp e Youtube. Quanto a isso, a literatura brasileira já documentou com competência como se desenvolve essa campanha de desinformação contra a urna eletrônica em relatórios de pesquisa, artigos, teses e demais trabalhos profissionais como as checagens feitas por agências de verificação de fatos que somente nas eleições presidenciais de 2018 desmentiram mais de 200 notícias que tentavam macular o sistema brasileiro de votação (Gomes e Dourado, 2019).

Basicamente, pode-se dizer que as notícias que colocam em dúvida a inviolabilidade da urna eletrônica são veiculadas por atores alinhados à extrema-direita e ao bolsonarismo e também por grupos antipetistas e antiesquerdistas (Ruediger e Grassi., 2018; Chaves e Braga, 2019; Recuero, 2020).

A título de exemplo, um monitoramento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV encontrou 337.204 publicações falsas questionando a lisura das eleições brasileiras, circulando em diferentes plataformas digitais entre 2014 e 2020. Somente no Youtube, foram 2.035 vídeos com 23.807.390 de visualizações. Ainda segundo o monitoramento da DAPP FGV, os links mais compartilhados na eleição de 2020 davam conta de que o TSE havia entregado os códigos de segurança das urnas eletrônicas para a Venezuela e que a Polícia Federal havia desmantelado quadrilha que cobrava até R\$ 5 milhões para fraudar as urnas eletrônicas (Ruediger et al., 2020).

Apesar dos constantes questionamentos, pouco sabemos sobre o que pensa o eleitor e quem são aqueles que confiam ou não na urna eletrônica. Diante do que vem sendo mapeado pela literatura, é possível especular que a baixa confiança na urna será maior entre apoiadores do presidente Bolsonaro, entre eleitores que se informam prioritariamente por mídias digitais como Facebook e Whatsapp e por eleitores de direita, já que as Fake News contra a urna circulam em redes de direita e antipetista. Dentre essas três possíveis hipóteses, abordaremos a seguir o efeito das declarações do presidente Bolsonaro e a ideologia dos eleitores. Infelizmente, a pesquisa do Datafolha que usamos neste artigo não incluiu no questionário a forma como os entrevistados se informavam politicamente.

O perfil do eleitor

Nesta seção, analisamos uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha que indagou o nível de confiança dos eleitores em relação à urna eletrônica. A pesquisa, realizada por telefone, entrevistou 2.016 eleitores entre os dias 8 e 10 de dezembro de 2020, uma semana após o fim das eleições municipais, tendo intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 2%. A análise dos dados segue em duas etapas. Na primeira descrevemos o perfil socioeconômico dos eleitores que confiam ou não na urna eletrônica. No segundo, apresentamos um modelo de regressão logística para dados

categoricos com o objetivo de medir a associação entre a confiança na urna, as variáveis socioeconômicas e variáveis políticas e atitudinais. A pergunta foi redigida da seguinte maneira:

Você diria que confia muito, um pouco ou não confia no sistema de urnas eletrônicas usado nas eleições brasileiras?

As respostas mostram que a confiança dos eleitores brasileiros na urna eletrônica é bastante dividida. Dentre os respondentes, 27,4% dos eleitores afirmaram “não confiar” na urna eletrônica, 35,5% disseram “confiar pouco” e outros 35,5%, “confiar muito”. A Tabela 1 a seguir detalha o perfil social desses eleitores. Quando olhamos as diferenças pelo corte de gênero, observamos padrões interessantes. Ao mesmo tempo em que os homens declaram confiar muito na urna eletrônica em maior proporção que as mulheres (39% a 32%), eles também são os que demonstram confiar menos: 29% afirmaram não confiar contra 25,8% das mulheres. Na análise por faixa etária, nota-se que os jovens são os que mais confiam na urna eletrônica: apenas 23% afirmaram não confiar na urna, percentual que sobe para 31,5% entre os eleitores com idade entre 25 e 34 anos.

A confiança é maior entre os eleitores com alta escolaridade e alta renda. Dentre os eleitores com ensino superior, 47,3% declararam confiar muito na urna eletrônica e somente 21,0% disseram não confiar. Entre os eleitores com renda acima de 10 salários mínimos, a confiança alcança 54,8% e a desconfiança apenas 16,1%. No extremo oposto, observa-se que os eleitores com renda até dois salários mínimos, 28,2% têm muita confiança na urna e 31,4% nenhuma confiança – entre os eleitores com ensino fundamental, 35% não confiam na urna.

Em relação à cor/raça dos eleitores, é possível observar que os eleitores brancos possuem uma confiança ligeiramente maior do que os pretos e pardos: 38,8% dos brancos afirmaram confiar muito na urna eletrônica, contra 34,4% dos pretos e 32,5% dos pardos. Do lado oposto, enquanto 24,5% dos brancos disseram não confiar, esse percentual sobe para 26,7% entre pretos e 31,5% entre os pardos. Finalmente, o local de moradia do eleitor mostra algumas diferenças regionais. Apenas 27,8% dos moradores da região Norte dizem confiar muito na urna eletrônica, em oposição a 38,8% dos moradores da região Sudeste. Já os moradores da região Centro-Oeste se mostram os

mais céticos: 36% declaram não confiar na urna eletrônica. Por outro lado, não se verifica nenhuma diferença que mereça comentários quando o corte do local de moradia é feito por capital, região metropolitana ou interior.

Tabela 1. Perfil Social dos eleitores que confiam na urna eletrônica

	Confia Muito	Confia Pouco	Não Confia	Total
Sexo				
Masculino	39,0	30,6	29,1	100,0
Feminino	32,3	39,8	25,8	100,0
Faixa de Idade				
De 16 a 24 anos	30,8	44,8	23,8	100,0
De 25 a 34 anos	29,3	37,6	31,5	100,0
De 35 a 44 anos	38,3	33,7	27,3	100,0
De 45 a 59 anos	39,1	33,5	26,4	100,0
De 60 anos ou mais	38,8	28,8	27,3	100,0
Escolaridade				
Fundamental	30,8	34,4	30,8	100,0
Ensino Médio	28,0	40,0	30,8	100,0
Superior	47,3	30,9	21,0	100,0
Renda Familiar				
Até 2 SM	28,2	38,6	31,4	100,0
De 2 a 5 SM	36,1	38,4	24,4	100,0
De 5 a 10 SM	45,2	25,3	28,7	100,0
Acima de 10 SM	54,8	28,4	16,1	100,0
Cor/Raça				
Branca	38,8	34,8	24,5	100,0
Preta	34,4	38,1	26,7	100,0
Parda	32,5	34,2	31,5	100,0
Outras	33,3	41,0	24,4	100,0
Região				
Sudeste	37,3	34,3	27,1	100,0
Sul	35,8	36,5	25,3	100,0
Nordeste	35,5	36,8	25,5	100,0
Centro-Oeste	32,9	29,9	36,0	100,0
Norte	27,8	41,4	30,2	100,0
Local				
Capital	35,5	34,7	27,7	100,0
Região Metropolitana	34,8	36,7	27,6	100,0
Interior	35,7	35,6	27,1	100,0
Total	35,5	35,5	27,4	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com dados do Datafolha

Feita a descrição inicial dos dados, apresentamos a seguir o nosso modelo de regressão logística para conhecermos mais profundamente o perfil de quem *não confia* na urna eletrônica. A regressão logística é uma técnica que estima as chances de uma categoria *não confiar* na urna eletrônica em relação a outra categoria de referência

(Hilbe, 2015). Por exemplo, estima as chances de os homens não confiarem na urna eletrônica em relação às mulheres (a categoria de referência). Usando a escolaridade como outro exemplo, o nosso modelo procurar estimar as chances de os eleitores com ensino superior e os eleitores com ensino médio *não confiarem* na urna eletrônica em comparação aos eleitores com ensino fundamental (a categoria de referência). Neste tipo de análise, portanto, não temos elementos para comparar os eleitores com ensino superior em relação aos eleitores com ensino médio, pois nenhuma dessas categorias é a de referência.

No modelo, analisamos dois conjuntos de dados simultaneamente como possíveis variáveis explicativas. O primeiro tem a ver com as variáveis socioeconômicas expostas na Tabela 1. Como mostram os estudos de cultura política, os atributos socioeconômicos individuais estão normalmente associados à confiança nas instituições, sobretudo os aspectos que sugerem maior sofisticação do eleitor, como renda e escolaridade (Almond e Verba, 1963). No segundo conjunto de dados, incluímos variáveis políticas e atitudinais que nos ajudam a tornar a análise mais completa. As principais são a confiança do eleitor nas declarações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro, o apoio à obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19 e a intenção de tomar ou não vacina contra a Covid-19 feita nos EUA e na China. Essas duas últimas são as questões que usamos como indicadores da ideologia do eleitor, dando a entender que do lado da esquerda estão aqueles que admitem a interferência do governo na vida social e são por isso favoráveis à vacinação obrigatória e, do lado da direita, aqueles que se posicionam contra essa intervenção e se colocam contrários à obrigatoriedade da vacina.

Ao mesmo tempo, consideramos como esquerda aqueles eleitores que manifestaram a intenção de se vacinar com insumos provenientes da China e como de direita aqueles que declararam preferência por vacina feita nos EUA, tendo em vista que boa parte das teorias conspiratórias afirmam que o vírus foi propositalmente criado em laboratório chinês e que as vacinas feitas pela China teriam eficácia duvidosa (a “vachina”). Dessa maneira, esperamos que acreditar nas declarações do presidente Bolsonaro, ser contrário à vacinação obrigatória e contrário à vacina da China estejam associados à baixa confiança na urna eletrônica. Além delas, incluímos o apoio ao voto obrigatório no Brasil e o apoio ao voto eletrônico, entendendo serem importantes

variáveis de controle que medem adesão a normas democráticas. Os resultados se encontram na Tabela 2.

Em relação às variáveis socioeconômicas, vemos que as variáveis cor/raça, localidade e região não são significativas estatisticamente. Esses resultados significam que ser branco, preto ou pardo, morador das capitais, regiões metropolitanas ou interior e habitante de uma das cinco regiões do país têm a mesma chance de não confiar na urna eletrônica. Por outro lado, as variáveis sexo, idade, escolaridade e renda mostram ser relevantes estatisticamente. Ser homem diminui as chances de não confiar na urna eletrônica em relação às mulheres, assim como aumentar a idade em um ano de vida diminui as chances de não confiar na urna eletrônica. Ao mesmo tempo, ter o ensino superior diminui a chance de não confiar na urna em relação a quem possui até o ensino fundamental. Finalmente, o eleitor com renda entre 05 e 10 SM mínimos diminui a chance de não confiar na urna quando comparado com o grupo com até dois salários mínimos.

Em relação às quatro variáveis de caráter político e atitudinal, os resultados são interessantes. Os eleitores que sempre confiam nas declarações do presidente Bolsonaro têm 68% mais chance de não confiar na urna eletrônica quando comparados com os eleitores que nunca confiam nas declarações. Do mesmo modo, aqueles que às vezes confiam no presidente tem 74% mais chance de não confiar na urna eletrônica em relação aos que sempre confiam. Esses resultados são de extrema importância e vem ao encontro da literatura que mostra o “infocídio” de Bolsonaro contra seus simpatizantes. Como sugerem esses estudos recentes, as palavras de Bolsonaro têm consequências para aqueles que endossam as suas orientações, como menor adesão ao isolamento social e maiores taxas de mortes por Covid-19 nos municípios que mais votos deram ao presidente em 2018 (Ajzenman, Cavalcante e Da Mata, 2021; Rache e Castro, 2021).

Tabela 2. Coeficiente, Erro-Padrão, p-valor e Razão de chances do modelo estimado

	Coeficientes	Erro Padrão	P-valor	Razão de chances (RC)	1/(RC)
Sexo					
Masculino	-0,51	0,1278	0,00	0,60	1,66
Idade					
	-0,24	0,05253	0,00	0,79	1,27
Escolaridade					
Ensino Médio	-0,13	0,18106	0,47	0,88	1,14
Ensino Superior	-0,56	0,20419	0,01	0,57	1,76
Renda					
2 a 5 SM	-0,14	0,15176	0,35	0,87	1,15
5 a 10 SM	-0,42	0,21388	0,05	0,66	1,52
Acima de 10 SM	-0,32	0,24956	0,19	0,72	1,38
Cor					
Preta	-0,09	0,19632	0,64	0,91	1,10
Parda	-0,04	0,14167	0,76	0,96	1,04
Outras	-0,10	0,38873	0,81	0,91	1,10
Região					
Sul	0,10	0,18698	0,59	1,10	0,91
Nordeste	-0,04	0,15446	0,80	0,96	1,04
Centro-Oeste	0,00	0,23804	0,98	1,00	1,00
Norte	0,22	0,25074	0,38	1,25	0,80
Localidade					
Metropolitana	0,06	0,18983	0,74	1,07	0,94
Interior	-0,10	0,1408	0,46	0,90	1,11
Voto obrigatório					
Contrário	0,53	0,13103	0,00	1,70	0,59
Confiança nas declarações do presidente Bolsonaro					
Às vezes	0,56	0,13689	0,00	1,74	0,57
Sempre	0,52	0,18155	0,00	1,68	0,59
Uso das Urnas Eletrônicas					
Voto em papel	2,85	0,28433	0,00	17,23	0,06
Vacina obrigatória					
A favor	-0,53	0,13431	0,00	0,59	1,70
Tomaria vacina					
Desenvolvida pelos EUA	0,24	0,1823	0,18	1,27	0,79
Desenvolvida pela China	-0,79	0,14422	0,00	0,45	2,21
Constante					
	1,50	0,33869	0,00	4,48	0,22
Akaike Inf. Crit			1666,0		

Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Datafolha

A ideologia do eleitor também veio no sentido esperado. Os eleitores próximos daquilo que consideramos como direita têm maiores chances de não confiar na urna

eletrônica. Aqueles que são a favor da vacina obrigatória para todos os brasileiros têm 70% mais chances de confiar na urna eletrônica do que aqueles que acreditam que a vacina não deveria ser obrigatória. Ao mesmo tempo, os eleitores que tomariam uma vacina contra o Covid-19 desenvolvida pelos EUA têm 27% mais chances de não confiar na urna eletrônica e os eleitores que tomariam uma vacina contra o Covid-19 que tivesse sido desenvolvida pela China tem 121% mais chances de confiar na urna eletrônica. Vemos ainda que os eleitores contrários ao voto obrigatório possuem 70% maior chance de não confiarem na urna eletrônica do que aquele a favor/indiferente ao voto obrigatório e, como era de se esperar, os eleitores que apoiam o retorno do voto em papel têm 17 vezes mais chances de não confiar na urna eletrônica do que aqueles eleitores que apoiam que o Brasil siga usando as urnas eletrônicas.

Por último, buscando quantificar o impacto de cada preditor, foi avaliada importância de cada variável individualmente sobre a não confiança na urna eletrônica, segundo o método de Kuhn (2019). Os resultados, ordenados por ranking de importância, são apresentados na Tabela 3 a seguir. Esses resultados mostram que as variáveis de caráter político (voto em papel, vacina da China, confiança no presidente, voto obrigatório) aliados à idade são as que apresentam grande poder para discriminar os dois grupos de confiança (confia/não confia) na urna eletrônica (Tabela 3).

Tabela 3. Ranking de importância das variáveis políticas e socioeconômicas

Variável	Importância
Usar o sistema de voto em papel	10,01
Tomaria vacina desenvolvida pela China	5,49
Idade	4,55
Às vezes confia nas declarações do presidente Bolsonaro	4,06
Contra Voto obrigatório	4,03
Sexo Masculino	3,98
A favor da vacina obrigatória	3,94
Sempre confia nas declarações do presidente Bolsonaro	2,86
Ensino Superior	2,76
Renda familiar 5 a 10 SM	1,96
Tomaria vacina desenvolvida pelos EUA	1,33
Renda familiar Acima de 10 SM	1,30
Renda familiar 2 a 5 SM	0,93
Região Norte	0,88
Local Interior	0,74
Ensino Médio	0,72
Região Sul	0,53
Cor/Raça Preta	0,46
Local Metropolitana	0,33
Cor/Raça Parda	0,31
Região Nordeste	0,25
Cor/Raça Outras	0,25
Região Centro-Oeste	0,02

Fonte: Elaboração própria com dados do Datafolha

Conclusão

Como afirmamos no início deste artigo, a integridade das eleições é uma condição necessária para o adequado funcionamento da democracia (Norris, 2014). Quando as pessoas percebem ou desconfiam que as eleições não foram justas e limpas e sim permeadas por fraudes ou por outros tipos de manipulação política, as consequências podem ser drásticas. Num momento turbulento pelo qual passa o Brasil atualmente, marcado por intensa polarização política, ataques pouco fundamentados contra o sistema de voto eletrônico deslegitimam a integridade das eleições e podem resultar em violentas manifestações na disputa presidencial de 2022.

Neste artigo, investigamos a integridade das eleições brasileiras com base numa pesquisa do Instituto Datafolha que perguntou aos eleitores brasileiros o nível de confiança que possuíam em relação à urna eletrônica. O objetivo de se avaliar a integridade das eleições a partir desta questão específica tem a ver com os recentes

questionamentos a respeito da inviolabilidade da urna eletrônica, sistema em vigor no país desde 1996, por parte de certas lideranças políticas brasileiras e também em maciças campanhas de desinformação nas redes sociais desde as eleições nacionais de 2014.

As respostas sinalizam para uma situação no mínimo preocupante, uma vez que cerca de um terço dos eleitores (27%) afirmou ter nenhuma confiança no processo eletrônico brasileiro. A desconfiança varia entre os diferentes grupos sociais e os testes estatísticos que realizamos mostraram que as pessoas com maior confiança são do sexo masculino, mais velhas, com alta renda e escolaridade. Ao mesmo tempo, são pessoas favoráveis ao voto obrigatório, que apoiam a manutenção do sistema eletrônico de votação, que defendem a vacinação obrigatória para todos os brasileiros, admitem tomar vacina chinesa contra a Covid-19 e que desconfiam das declarações do presidente Jair Bolsonaro.

Esse último achado coloca em evidência a importância das lideranças políticas na construção e amadurecimento de uma plena cultura democrática. Quando líderes políticos, em especial o chefe do Poder Executivo, manifesta em seguidas oportunidades a sua própria desconfiança com as instituições políticas e coloca em dúvida a lisura do processo eleitoral, é de se esperar que o exemplo seja seguido por seus eleitores – dificultando, portanto, o fortalecimento da democracia brasileira.

Referências

AJZENMAN, Nicolás; CAVALCANTI, Tiago, DA MATA, Daniel. More than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior During a Pandemic. IZA Discussion Paper Series, 2021.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CHAVES, Monica; BRAGA, Adriana. A pauta da desinformação: “fake news” e análise de categorizações de pertencimento na eleição presidencial brasileira em 2018. *Brazilian Journalism Research*, v. 15, n. 3, p. 498-523, 2019.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

HIDALGO, Fernando Daniel. **Digital democratization: suffrage expansion and the**

decline of political machines in Brazil. MIT, Manuscrito, 2014.

HILBE, J. M. **Practical Guide to Logistic Regression** CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015.

KUHN, Max et al. Package ‘caret’. *The R Journal*, 2020.

NICOLAU, Jairo. A história do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

NICOLAU, Jairo. Impact of Electronic Voting Machines on Blank Votes and Null Votes in Brazilian Elections in 1998. *Brazilian Political Science Review*, v. 9, n. 9, p. 3-20, 2015.

NORRIS, Pippa. **Why electoral Integrity Matters.** New York: Cambridge University Press, 2014.

NORRIS, Pippa; FRANK, Richard; MARTÍNEZ i COMA, Ferran. Assessing the quality of elections. *Journal of Democracy*, v. 24, n. 4, pp. 124-135, 2013.

RACHE, Beatriz; CASTRO, Márcia. Aceleração de Óbitos por Covid-19 nas Capitais e Estados em 2021. IEPES Nota Técnica, 2021.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020.

RUEDIGER, Marco Aurélio; GRASSI, Amaro. **Desinformação na Era Digital:** amplificações e panorama das Eleições 2018. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2018.

RUEDIGER, Marco Aurélio et al. **Desinformação On-Line e Eleições No Brasil:** A circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020). Policy paper. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2020.

ZUCCO, Cezar; NICOLAU, Jairo. Trading old errors for new errors? The impact of electronic voting technology on party label votes in Brazil. *Electoral Studies*, v. 43, p. 10-20, 2016.